



Orientação educacional na perspectiva inclusiva: intervenções psicopedagógicas na escola

Educational guidance from an inclusive perspective: psychopedagogical interventions at school

La orientación educativa desde una perspectiva inclusiva: intervenciones psicopedagógicas en la escuela

Sabrina Rios¹

Erica de Oliveira Gonçalves²

RESUMO

Partindo da premissa de que a psicopedagogia contribui para a reflexão sobre os processos de aprendizagem, este artigo tem como objetivo analisar a intervenção pedagógica no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O referencial teórico baseia-se na compreensão do comportamento e no desenvolvimento histórico e social do sujeito, a partir de autores como Lev Vygotsky (1999; 2008), Beatriz Scoz (1994), que discute a psicopedagogia na escola, e Maria Tereza Mantoan (2006), que aborda a perspectiva inclusiva. Os resultados indicam que os problemas de aprendizagem devem ser abordados por toda a comunidade escolar, considerando os princípios da intervenção psicopedagógica e a valorização da diversidade, especialmente nos distintos processos de aprendizagem

Palavras-chave: Intervenção Psicopedagógica; Problemas de aprendizagem; Inclusão.

ABSTRACT

Based on the premise that psychopedagogy contributes to reflection on learning processes, this article aims to analyze pedagogical intervention in the school environment. This is a bibliographical research with a qualitative approach. The theoretical framework is based on the understanding of behavior and the historical and social development of the subject, based on authors such as Lev Vygotsky (1999; 2008), Beatriz Scoz (1994), who discusses psychopedagogy in schools, and Maria Tereza Mantoan (2006), who addresses the inclusive perspective. The results indicate that learning problems should be addressed by the entire school community,

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). E-mail: sabrina.rioss@gmail.com. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-5940-5653>

² Mestrado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). E-mail: ericagoncalves@hotmail.com. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6604-7176>



considering the principles of psychopedagogical intervention and the appreciation of diversity, especially in the different learning processes

Keywords: Psychopedagogical Intervention; Learning Problems; Inclusion.

RESUMEN

Partiendo de la premisa de que la psicopedagogía contribuye a la reflexión sobre los procesos de aprendizaje, este artículo tiene como objetivo analizar la intervención pedagógica en el ámbito escolar. Se trata de una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo. El marco teórico se basa en la comprensión del comportamiento y el desarrollo histórico y social del sujeto, a partir de autores como Lev Vygotsky (1999; 2008), Beatriz Scoz (1994), quien discute la psicopedagogía en la escuela, y Maria Tereza Mantoan (2006), quien aborda la perspectiva inclusiva. Los resultados indican que los problemas de aprendizaje deben ser abordados por toda la comunidad escolar, considerando los principios de la intervención psicopedagógica y la valorización de la diversidad, especialmente en los distintos procesos de aprendizaje.

PALABRAS CLAVE: Intervención psicopedagógica; Problemas de aprendizaje; Inclusión.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as escolas da rede pública de ensino vêm discutindo sobre a indisciplina, a evasão escolar, as violências, o bullying, o desrespeito, o baixo aproveitamento escolar entre outras questões que afetam diretamente a relação de ensino e de aprendizagem.

A grande preocupação dos profissionais da educação atualmente são os fatores que interferem na assimilação dos conteúdos ministrados em sala de aula, sobretudo as relacionadas às questões de comportamento.

Em geral, os problemas de aprendizagem são descritos pelos padrões de desenvolvimento estabelecidos tais como: diferença de tempo de aprendizagem, raciocínio lógico matemático “lento”, dificuldade de leitura, escrita e interpretação, isolamento e falta de integração com os colegas, comportamento agressivo, dificuldade de concentração e muitas vezes vista como falta de interesse em realizar as atividades, entre outras características.

Como fundamentação teórica específica para compreender estes processos cognitivos em diferentes ritmos de aprendizagem, alguns autores como Levy Vigotsky (1999) que aborda o comportamento e desenvolvimento histórico e social dos sujeitos, Beatriz Scoz (1994) que discute a psicopedagogia na escola e ainda, Maria Tereza Mantoan (2006) com o conceito de educação inclusiva, orientam este estudo.



Diante deste quadro teórico e conceitual, surge o seguinte questionamento: como se dá o este processo de aprendizagem a partir das intervenções pedagógicas dentro da escola na perspectiva da psicopedagogia?

Para responder a esta pergunta norteadora é preciso compreender como se dá o processo de aprendizagem e assim o texto se divide em três partes, inicialmente abordaremos a intervenção pedagógica na perspectiva da psicopedagogia, em seguida delinear a educação inclusão e por fim as considerações finais que buscam reunir as principais percepções da orientação educacional na perspectiva inclusiva.

2 A PSICOPEDAGOGIA E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

É importante destacar que o psicopedagogo institucional e o orientador educacional atuam nas dificuldades de aprendizagens e comportamentos dos alunos/as. A psicopedagogia, segundo Nadia Bossa (2000) surgiu em meados do século XIX na França como efeito da confluência entre a Medicina, a Psicologia e a Psicanálise. Para a autora, a partir deste momento estes profissionais passam a voltar seus estudos para alternativas de intervenção nos problemas de aprendizagem. No Brasil, a psicopedagogia tem seus primeiros passos nos anos 1970 e se consolida a partir dos anos 1990, com a necessidade de atendimento das crianças com dificuldades de aprendizagem e que não acompanham o sistema educativo convencional. Hoje há uma formação específica para psicopedagogia na perspectiva de contribuir para reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem e seus desdobramentos como é o caso do Curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Municipal de Palhoça.

Assim, é preciso antes de tudo abordar o conceito de intervenção pedagógica, com base nos estudos de autores que trabalham a perspectiva do modelo preventivo ou educacional. Segundo Solè (2001) há dois enfoques de intervenção, o modelo clínico ou assistencial e o modelo preventivo ou educacional. O primeiro centra-se nos aspectos psicológicos da intervenção e as dificuldades do sujeito. O modelo preventivo ou educacional tem foco no fracasso/sucesso escolar e os problemas de aprendizagem no âmbito escolar e é com este que abrimos frente para este artigo.

Neste contexto, é importante destacar que a psicopedagogia não está restrita apenas às dificuldades e sim, busca dar conta de questões ligadas a relação de ensino



e de aprendizagem. Fernández (2001) defende que o conhecimento é construído segundo as especificidades de cada pessoa. Piaget (1976) discute o processo de aprendizagem como um movimento de equilíbrio/desequilíbrio cognitivo para assimilação do conhecimento. Vigotsky (1999) reforça que a aprendizagem faz parte de um processo social e coletivo, não apenas individual.

O fracasso/sucesso da aprendizagem depende de diferentes fatores e diante desta complexidade a tarefa de ensinar se torna bastante desafiadora e por vezes leva ao educador a rotular as crianças como desinteressadas e condená-las à sucessivas reprovações. Autores que trabalham nesta temática, tal como Geraldo Romanelli (2001), apontam que a explicação do sucesso ou do fracasso escolares não deve ser imputada a um fator isolado ou mesmo a uma determinada forma de investimento familiar, tomada como modelo. Assim, a escola constitui local importante para os alunos/as construírem uma importante rede de relações. A reprodução social, desta forma, configura-se como processo híbrido de escola e família, mediante difusão de diversos tipos de capital – simbólico, econômico, cultural, social, escolar. (ROMANELLI, 2001)

Neste mesmo viés sobre as dificuldades de aprendizagem na sua complexidade, Nadir Zago (2001) discute sobre os processos de escolarização nos meios populares, com ênfase nas singularidades articuladas com as questões macrossociais. Ela problematiza a noção genérica de evasão escolar constituída a partir das visões de fracasso escolar, buscando algumas relações que aprofundam a compreensão formativa dos percursos escolares considerando as condições objetivas de escolarização, as práticas e os significados definidos especialmente pela família neste processo.

Portanto, a compreensão do fracasso ou sucesso escolar são processos complexos que não se reduzem a um plano individual de dificuldade do sujeito e sim, é preciso observar outros fatores psicológicos, sociais, históricos destes estudantes com dificuldades de aprendizagem. É preciso ainda, levar em consideração as experiências extraescolares e a ideia de escolarização vinculada a uma certificação necessária para o mercado de trabalho (ZAGO, 2001).



Tendo em vista estes motivos, passamos agora a análise das possibilidades de intervenções pautadas nas práticas psicopedagógicas para trabalhar as dificuldades de aprendizagem.

Nadia Bossa (2000) afirma que para a prática psicopedagógica é preciso considerar os diferentes aspectos: cognitivos, orgânicos, pedagógico, biológico e social. Em todos os aspectos a aprendizagem se dá com a interação com o meio social e histórico do sujeito como aponta Vigotsky (1999) na perspectiva sociointeracionista. Há portanto uma relação entre fatores internos e externos e o estabelecimento da mediação entre aluno/a, objeto e professor/a.

Lev Vigotsky foi um estudioso que contribuiu de forma significativa para a educação. As obras do autor oferecem elementos importantes para a compreensão de como se dá a integração entre o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento. Nesta teoria é dado destaque às possibilidades que o indivíduo dispõe a partir do ambiente em que vive (REGO, 1996). Vigotsky, segundo Rego (1996), buscou trabalhar com os problemas educacionais dos sujeitos negligenciados pela sociedade seja pelas deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Na interpretação de Teresa Cristina Rego (1996) sobre Vigotsky, o indivíduo se constitui através de suas interações sociais a partir das trocas estabelecidas com seus semelhantes. Um conceito importante para a teoria de Vigotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal que consiste em atividades possíveis a serem alcançadas (MOREIRA, 1999). A possibilidade de alteração no desenvolvimento de uma pessoa pela interferência de outra é fundamental em sua teoria. Para que a criança consiga realizar uma tarefa mesmo com o auxílio de alguém, precisa estar num determinado nível de desenvolvimento. De acordo com o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, Vigotsky acredita que aquilo que a criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã (MOREIRA, 1999). Desta forma, é possível pensar a estreita relação entre a teoria de Vigotsky e a atuação do psicopedagogo ou do orientador educacional nas intervenções pedagógicas das dificuldades de aprendizagem.

Dentro dos conceitos edificados pelo teórico russo, existe uma relação em que a aprendizagem promove o desenvolvimento. A relação interacional que o autor faz entre os pensamentos e linguagens, podem auxiliar na compreensão das dificuldades



de aprendizagem para desenvolver práticas pedagógicas de intervenção a partir dos princípios psicopedagógicos e da inclusão. Ao levar em consideração tais afirmações, pode-se observar que através de mediação intencional, uma criança pode ser impulsionada em seu desenvolvimento. “A atividade da criança é estimulada enquanto ela interage com as pessoas de sua convivência e em cooperação com seus companheiros, para só depois internalizar esses processos.” (Aranha, 2006, p.268).

Se ignorarmos as necessidades da criança e os incentivos que são eficazes para provocá-la em ação, nunca seremos capazes de entender seu avanço de um estágio do desenvolvimento para outro, porque todo o avanço está conectado com uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos. (Vigotski, 2008, p. 108)

Os postulados de Vigotsky parecem apontar para a necessidade de uma escola em que as pessoas possam dialogar, questionar e compartilhar saberes, para formação de indivíduos críticos e conscientes do processo de construção da sua própria cultura. Desta forma, pode-se concluir que Vigotsky não desenvolveu um método, mas possibilitou, com sua teoria, um grande avanço no entendimento da necessidade de intervenções pedagógicas escolares para que o aluno avance em seus níveis de aprendizagem.

2.1 Educação Inclusiva: reflexões e problematizações para além de sala de aula

Para trazer ao diálogo a intervenção psicopedagógica na perspectiva da educação inclusiva, é necessário fazer um breve registro da compreensão da inclusão na escola e um dos caminhos sugeridos é o livro “Inclusão Escolar” de Maria Tereza Mantoan (2006).

A autora discute especialmente o ensino e a aprendizagem escolar das pessoas com deficiências integradas ao cotidiano escolar. O livro está dividido em três eixos principais, o primeiro ela explica o processo inclusivo na escola e seus paradigmas. O segundo tem enfoque nos elementos que justificam a inclusão escolar e por fim, traz sugestões e reflexões da organização da escola e da preparação docente para avançar nas práticas pedagógicas inclusivas. A autora é Pedagoga, doutora em Educação e atualmente é professora da Faculdade de Educação da



Universidade de Campinas (UNICAMP)³. Suas pesquisas e área de atuação é especialmente no campo da educação escolar inclusiva e na capacitação de profissionais da educação⁴.

Para este artigo, portanto, nos interessa destacar algumas das principais discussões trazidas no livro de Mantoan (2006) e relacionar com o Estatuto da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015) para estabelecer relações e reflexões no âmbito da educação inclusiva, com respeito às diferenças dentro e fora da escola. Nesta perspectiva, procuramos problematizar a inclusão como mudança paradigmática estabelecida em documentos oficiais para a educação escolar e as barreiras arquitetônicas e atitudinais. Para isto é preciso que os/as profissionais da educação busquem alternativas didáticas para consolidação das práticas inclusivas para além dos muros da escola.

Na composição da escrita, Mantoan (2006) faz uma crítica ao conteúdo curricular fragmentado com pouca ou nenhuma atenção às mudanças paradigmáticas que envolvem questões de gênero, raça/etnia, religiosidade e pluralidade cultural. Para ela, é preciso romper com a estrutura organizacional, a partir da perspectiva inclusiva, como um dos caminhos para que a escola possa ampliar ações pedagógicas que se ocupem da diversidade e das diferenças como parte da sociedade, da vida e da cultura. (MANTOVAN, 2006). Assim é possível pensar também nas intervenções psicopedagógicas na escola para todos/as alunos/as, ou seja, tendo em vista uma perspectiva pluralista de respeito, solidariedade e democracia, especialmente do/a profissional da educação.

O respeito e a valorização dos sujeitos implicam reduzir preconceitos, trabalhar estereótipos de pessoas e minimizar discriminações, especialmente com as pessoas com deficiências físicas e intelectuais, pessoas em vulnerabilidade social, de culturas, religiões e etnias diferentes das estabelecidas como comuns pela sociedade que podem ser efeitos acumulativos das dificuldades de aprendizagem.

³ Informações disponíveis em: <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=32&idCategoria=8>
Acesso em 23 mar 2022

⁴ Informações disponíveis na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1568940831784716> Acesso em 23 mar 2022



Nesta direção estão as políticas públicas inclusivas que possibilitam a consolidação dos direitos às pessoas com deficiência, especialmente no que tange o texto do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015, art.27)

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Assim, a inclusão passa a ser um conjunto de ações determinadas em esfera nacional a serem cumpridas e reestruturadas tanto na acessibilidade quanto nas práticas pedagógicas inclusivas para a potencialização do desenvolvimento de habilidades pautadas na zona de desenvolvimento proximal – ZDP (Vigotski, 1999). Ou seja, é preciso avançar junto às políticas inclusivas, especialmente na esfera cultural para além dos muros da escola.

Mantoan (2006) amplia o entendimento da educação inclusiva para pessoas que são excluídas, seja pelas deficiências física e/ou mental, seja pelas diferenças étnicas, religiosas e culturais. Neste seguimento, é importante se pensar no respeito às diferenças, diferente do conceito de tolerância que sugere uma hierarquia desproporcional, a fim de romper com as amarras da discriminação e do preconceito. O profissional da educação que trabalha com as intervenções na escola deve levar em conta que estas insígnias e rotulações são muitas vezes cumulativas e emergem como problema de aprendizagem.

A frase emblemática “direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” (Mantoan, 2006, p.21) pode ser o caminho para compreender as diferenças pela equidade que inspira uma forma justa e democrática para direitos equivalentes. Ou seja, se todos temos direito à educação, é preciso ainda lançar mão de diferentes leis e decretos para ajustar às necessidades das pessoas com deficiências e das minorias de representação política (raciais, gênero, etnia, sexualidade...) na igualdade de acesso e permanência para que a lei seja rigorosamente cumprida em toda sua extensão.



Assim, Montoan (2006) propõe uma reestruturação da maneira de se pensar a educação, com práticas que avaliem tanto o processo educativo quanto a autoavaliação do/a professor. Além disso, há a hierarquização do conhecimento por meio das disciplinas formais que prejudica os avanços propostos no sistema educacional ao estabelecer que determinada matéria é mais importante em detrimento de outra disciplina. Esta percepção é contrária à prática inclusiva pois trata de forma desigual as diferenças curriculares.

Para Maria Tereza Montoan (2006) é preciso mudar radicalmente a escola, no sentido pedagógico e organizacional e para isto ela propõe a recriação e reorganização pedagógica das escolas como espaço de cooperação, diálogo, criatividade e espírito crítico a serem exercitados tanto pelos/as estudantes quanto pela equipe pedagógica. E, ainda, a garantia do tempo de aprendizagem, respeitando cada um no seu ritmo. Para isto, segundo a autora, é urgente a formação e valorização docente para estímulo de ensinar e aprender na e com a escola.

Por fim, o livro “Inclusão Escolar” de Maria Tereza Mantoan (2006) traz contribuições relevantes para o processo de ensinar e de aprender que não está limitado a uma educação inclusiva restrita às pessoas com deficiências físicas e/ou mentais e sim de respeito aos valores, crenças, diferenças fenotípicas e intelectuais das pessoas como sujeitos da cultura, da história e da sociedade. E que estas diferenças não sejam remetidas à discriminação e sim a valorização da pluralidade cultural, étnica, estética e religiosa. Mas para caminhar em direção a uma escola realmente inclusiva é necessário romper com a educação bancária (FREIRE, 1978) e partir para uma reforma estrutural e pedagógica nos modos de pensar e viver a escola em uma sociedade plural, coletiva e democrática.

2.2 Famílias, integração e intervenções

A qualidade da educação na escola depende de vários fatores, entre eles a participação das famílias na escolarização dos/as crianças. Neste viés é importante pensar em estratégias que mobilizem as famílias a participar mais efetivamente da escola com objetivos em comum da formação do sujeito e intensificar o processo educativo. Os profissionais da educação responsáveis por esta mediação entre



professores/as, alunos/as e famílias está especialmente centrada na figura do/a orientador/a educacional e enquanto equipe pedagógica (Menegaz; Gariba, 2015).

Assim, na perspectiva de uma educação inclusiva a partir de práticas psicopedagógicas a escola pode promover ações de estímulo e consolidação desta relação entre família e escola. Ou seja, ao estabelecer um trabalho de parceria com as famílias a aproximá-las do processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes o comprometimento com o desenvolvimento escolar das crianças também promove o vínculo entre as pessoas da família e com os/as professores/as. E, ao fortalecer a integração das famílias no processo educativo, garante uma gestão democrática e pode ajudar na solução de muitos dos problemas de comportamento e aprendizagem antes restritos às rotulações de crianças preguiçosas, violentas ou sem vontade de aprender.

Algumas pesquisas na área da orientação educacional e da psicopedagogia indicam que a influência da família no interesse pelos assuntos escolares desperta o interesse da criança e melhora o processo de aprendizagem, pois a criança se sente segura e cuidada. Trata-se de um envolvimento social e cognitivo para o avanço no desempenho escolar. Neste sentido não é apenas a família ou apenas a escola a mola propulsora do processo de ensino e de aprendizagem, é a associação destas duas importantes instituições que têm poder de transformação e de provocar grandes mudanças no aprendizado.

Assim, não temos a pretensão de eximir a responsabilidade do/a orientador educacional bem como do/a psicopedagogo/a os problemas de aprendizagem dos/as alunos/as, no entanto, buscamos aqui evidenciar a ampliação do potencial da superação das dificuldades quando há a integração consolidada e um trabalho de parceria entre família e escola.

Dentre as ações de intervenção possíveis de serem realizadas em parceria com as famílias é a própria integração destes pais e responsáveis diretamente na escola, tais como:

- informar às famílias os projetos didáticos importantes desenvolvidos dentro e fora da escola;
- incentivar a participação das famílias nas sugestões de como colaborar para a melhoria contínua da educação escolar;



- exibição de filmes, documentários ou vídeos educativos que possam ser discutidos em grupo pelas famílias com a mediação do/a orientador educacional e/ou psicopedagogo/a;

- organização de mutirões para resolver problemas estruturais na escola como limpeza de um gramado para melhor utilização do espaço, rifas para construção de um banheiro ou compra de um novo bebedouro...;

- divulgar mostras de trabalhos, mostra cultural e feira de ciências, apresentando as produções dos/as alunos/as;

- organizar dias festivos para a confraternização das famílias.

Neste sentido a escola oferece caminhos para que se estabeleçam vínculos entre família e escola e auxiliar no comprometimento com os problemas de comportamento e de aprendizagem que muitas vezes podem ser fruto de uma má articulação da relação social extraescolar. Ao tomar como disciplina cotidiana, as famílias dividem as responsabilidades com a escola e multiplicam as possibilidades de resolução dos problemas e dificuldades das crianças.

Assim, quando nos referimos à relação de ensino e de aprendizagem as responsabilidades deverão estar bem definidas quanto aos papéis: a escola, o compromisso com a escolarização de qualidade e a família o acompanhamento da vida escolar da criança, no entanto, ambas devem estar atentas para a formação do sujeito enquanto cidadão, dentro de uma política de valorização e respeito às diversidades – culturais, sociais, etnicorraciais, religiosas, físicas ou intelectuais – atuando em conjunto para avaliar o comportamento e o aprendizado, recorrendo ao diálogo sempre que necessário para o avanço no processo educacional (Menegaz; Gariba, 2015).

2.3 Professores/as, alunos/as em mediações psicopedagógicas possíveis

A atuação como orientador/a educacional ou psicopedagogo/a na escola revela alguns ecos de pedidos de socorro não só pelas famílias e pelas crianças, mas também pelos/as professores/as que muitas vezes não conseguem lidar com os novos desafios da educação escolar: problemas de comportamento e de aprendizagem ligadas às diferentes características de cada um/a.



O/a profissional da educação que faz parte da equipe pedagógica precisa lidar com estas especificidades e realizar o trabalho de mediação também com os educadores.

Assim, é relevante discutir dentro de uma perspectiva da psicopedagogia e da inclusão, ações de integração entre professores/as e alunos/as nas barreiras de entendimento e de compreensão nas formas de interagir destes sujeitos no âmbito escolar. Neste sentido é possível propor possibilidades de intervenção pedagógica do/a orientador/a educacional ou do/a psicopedagogo junto ao/às docentes na escola (Costacurta; Vitória, 2015).

Em princípio, o primeiro passo é a aproximação do/a orientador/a educacional com o/a professor/a a fim de estabelecer vínculos que promova o bem estar do educador na instituição. A partir disto, durante os encontros e as mediações, trazer este profissional para refletir suas próprias práticas pedagógicas e como potencializá-las para garantir o amplo aprendizado, especialmente daqueles estudantes com maior dificuldade, tanto de aprendizagem quanto de comportamento. Outra possibilidade é, assim como foi descrito para as famílias, é importante os momentos de encontro entre professores/as para trocar informações e práticas de outros profissionais da educação que são mais apropriadas ou que se revelaram importantes para o avanço no desempenho escolar em sala de aula.

Historicamente, a intervenção psicopedagógica vem ocorrendo na assistência às pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem. Diante do baixo desempenho, alunos/as são encaminhados ao orientador/a ou ao psicopedagogo/a com o objetivo de melhorar o desempenho de quem “não aprende”. No entanto, para analisar a dificuldade de aprender está vinculada ao próprio projeto da escola e do que é considerado aprendizagem. Neste olhar o profissional da educação em trabalho coletivo (professor/a e orientador/a) pode abrir espaços para disponibilizar recursos que avancem para a consolidação da aprendizagem.

Na escola, portanto, o/a orientador educacional e/ou o psicopedagogo/a deve levar em conta o projeto político e pedagógico da escola quanto ao sistema de ensino e o acolhimento dos/as alunos as suas dificuldades para evitar que o diagnóstico do problema de aprendizagem ou do problema de comportamento esteja relacionado com a rigidez e soberania da escola consagrando o armazenamento de informações



como aprendizagem. Assim, os resultados podem apontar não para novas formas do processo educativo, mas para a confirmação da incapacidade do/a aluno diante das exigências institucionais ou do/a professor/a. Neste sentido trata-se de um processo de exclusão e não uma intervenção psicopedagógica.

Desta forma, compreendemos que uma intervenção pedagógica com bases na psicopedagogia e nos princípios da inclusão, deve haver um diálogo entre os profissionais da escola, alterando se necessário o projeto político e pedagógico da instituição para viabilizar recursos de forma a atender os/as alunos/as em situação de dificuldade de aprendizagem ou comportamento. Trata-se de um fazer pedagógico que transforma a si mesmo e é agente transformador de alunos/s, famílias e comunidade escolar, especialmente levando em conta a diversidade em suas diversas faces: social, de gênero, religiosa, étnica, racial...

E para isto é necessário muitas vezes que o/a orientador/a educacional faça a mediação com o/a professor/a para compreender esta nova condição de ampliar o entendimento de ensino e de aprendizagem, desafiando-o/a repensar outros caminhos para práticas pedagógicas dentro e fora da sala de aula. Para o/a psicopedagogo/a ou o/a orientador/a educacional, a experiência de intervenção em parceria com o professor/a possibilita ampliar os caminhos do ensino e de aprendizagem com bases em uma educação inclusiva.

Outra forma de atuação e mediação do psicopedagogo/a e do orientador educacional junto ao professor/a é de mediar um diálogo para a compreensão das diferenças e especificidades de cada criança, possibilitando-os a encontrar outros caminhos em direção das possibilidades de cada sujeito. Assim, podemos pensar em um trabalho coletivo de profissionais da educação com foco no processo de inclusão e de valorização das diversidades.

Não devemos esquecer, portanto, que tanto o trabalho de intervenção com as famílias também, acompanhando o processo educativo realizado em conjunto com os professores/as, incorporando o trabalho em equipe com funções e responsabilidades bem definidas. Os problemas de aprendizagem e de comportamento, desta forma, passam a não ser encarados como dificuldades pontuais para a resolução do orientador/a ou do psicopedagogo/a e sim, como encontrar caminhos para alcançar resultados no trabalho de forma coletiva e em parceria família-escola.



Trata-se, portanto de uma intervenção psicopedagógica descentrada no aluno/a e deslocado para o trabalho coletivo entre as famílias e os profissionais da educação. Assim, pais, mães, responsáveis, professores/as e equipe pedagógica podem se unir com um objetivo único de encontrar soluções para ampliar as possibilidades de ensino e de aprendizagem com foco na inclusão, somando conhecimentos e experiências variadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço social em que passamos alguns anos das nossas vidas e, portanto, uma instituição que contribui para a formação dos sujeitos. Neste viés está o trabalho do/a orientador educacional e do psicopedagogo/a que trabalha com um caráter preventivo no sentido de buscar caminhos para solução de problemas tais como dificuldade de aprendizagem e comportamento. No entanto, com o grande número de crianças com dificuldade de aprendizagem, comportamento e outros desafios que abrangem a família e a escola, a intervenção pedagógica com os princípios da psicopedagogia e da inclusão, ganham mais espaços nas instituições escolares e nos processos educativos.

O papel destes agentes (famílias, escola, profissional da educação...) é importante e deve ser pensado com o objetivo de desenvolver cognitivamente a criança por meio do ensino e da aprendizagem. A partir de uma abordagem preventiva o profissional da educação, especialmente na função de orientador/a educacional ou psicopedagogo/a, a escola pode identificar os problemas e os elementos facilitadores para efetivação do processo educativo, tendo em vista a parceria entre escola e família. É o que defende Fagali e Vale (2002) na proposta de trabalhar as questões dos vínculos entre professores/as e alunos/as redefinindo as práticas pedagógicas a partir da relação entre o cognitivo e a afetividade. Assim, a educação é descrita como um processo de construção de conhecimento coletivo, entre escola, professor/a e aluno/a, recorrendo a estratégias diversificadas para superar os problemas de aprendizagem e comportamento.

Na intervenção psicopedagógica preventiva tanto o orientador/a educacional quanto o psicopedagogo/a podem desempenhar uma prática pedagógica envolvendo os profissionais da educação e as famílias, detectando as raízes dos problemas de



comportamento e de aprendizagem e elaborar dinâmicas educativas integradoras entre família e escola. Neste sentido, é possível pensar caminhos metodológicos em equipe para superação das dificuldades de aprendizagem das crianças.

Vale lembrar que o conhecimento e o aprendizado não são privilégio da escola já que a aprendizagem se dá em diferentes espaços, construídos pela criança nas famílias, na televisão, na internet e na própria escola.

Solé (2001) afirma que a mediação com as famílias tem maiores chances de consolidação ao ser realizada cotidianamente, em uma parceria entre escola e família, com base no contexto social e cultural em que as crianças estão inseridas.

Desta forma, a atuação do/a orientador educacional em uma perspectiva inclusiva e em parceria com outros profissionais da educação e com as famílias, pode ampliar os efeitos do processo educativo e estabelecer mudanças significativas nas relações de ensino e de aprendizagem.

Neste artigo a pergunta norteadora que nos orientou ao longo da escrita foi: como se dá o este processo de aprendizagem a partir das intervenções pedagógicas dentro da escola na perspectiva da psicopedagogia? Assim, como fundamentação teórica e conceitual para a compreensão e reflexão dos fatores que estão relacionados aos problemas de aprendizagem, nos debruçamos nas obras de Levy Vigotsky (1999) que aborda o comportamento e desenvolvimento histórico e social dos sujeitos, Beatriz Scoz (1994) que discute a psicopedagogia na escola e ainda, Maria Tereza Mantoan (2006) com o conceito de educação inclusiva, entre outros autores que auxiliam no entendimento e na noção de direitos, diferenças e diversidade na escola.

Diante deste quadro conceitual e teórico, iniciamos o texto abordando a intervenção pedagógica na perspectiva da psicopedagogia e sua história que inicia com a confluência da medicina, da psicologia e da educação, até a ampliação da prática do ensino e da especialização neste campo do conhecimento.

Assim, a compreensão da intervenção pedagógica pautada nos princípios da psicopedagogia deixa de ter uma visão solitária e individual deste profissional e passa a ser um processo coletivo entre família, comunidade escolar, professores/as, alunos/as e equipe pedagógica. Por outro lado, é preciso estar atento/a às situações diversas que orbitam o cotidiano escolar tais como diferenças sociais, deficiências



físicas, psicológicas, vulnerabilidade social, preconceito, discriminação, entre outros marcadores sociais de desigualdade.

Neste viés, é importante fortalecer e constituir vínculos com as famílias na escola para a superação das situações de problemas de aprendizagem e de comportamento. A escola e a família, portanto, devem estar organizadas de forma a apresentar-se como aliadas neste processo em benefício das crianças.

Com base no documento divulgado e produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC),

Uma criança, cuja família participa de forma mais direta no cotidiano escolar, apresenta um desempenho superior em relação àquela onde os pais estão ausentes do seu processo educacional. Ao conversarem com o filho sobre o que acontece na escola, cobrarem dele e ajudarem-no a fazer os deveres de casa, falarem para não faltar à escola, tirar boas notas e ter hábito da leitura, os pais estarão contribuindo para a obtenção de notas mais altas. (Brasil, 2004)

É na família que a criança compartilha os valores, tradições, costumes, religiosidade da comunidade em que vivem e, portanto, é preciso ter em mente a pluralidade das famílias. Existem diferentes arranjos familiares e todos eles devem ser respeitados e levados em conta: mãe e filho/a, avó e neto/a, tia/o e sobrinho/a, duas mães, dois pais, avós paternos, avós maternos, adotivo/a e não só a família constituída por pai, mãe e filhos/as. Portanto, o profissional da educação, nesta perspectiva inclusiva e psicopedagógica deve estar atento às diferentes situações vivenciadas pelas crianças.

Segundo Menezes e Gariba (2015), uma das possíveis causas da falta de participação das famílias na escola é a falta de interação com os filhos/as e a desmotivação dos responsáveis das crianças para participarem de momentos de interação escola-família. Neste sentido a escola pode promover encontros, reuniões, comunicações que aproximem as famílias da escola, constituindo uma parceria para reduzir os problemas de aprendizagem de ordem social.

Em geral, os problemas relacionados à desmotivação das famílias e/ou a falta de comunicação entre escola-famílias tem a ver com as poucas oportunidades de participação das famílias oferecidas pela escola, restringindo-se muitas vezes à entrega de boletins e a presença para discutir problemas relacionados ao



comportamento dos filhos/as. As famílias cujas crianças não tiveram bom rendimento escolar ou comportamento indesejável são vítimas de reclamações dos profissionais da educação na escola, o que torna desmotivador cada convite feito para participar das reuniões.

Desta forma a escola deixa de somar forças com as famílias para investir na solução dos problemas de comportamento e de aprendizagem e encontrar caminhos para sanar as dificuldades encontradas das crianças nestas condições e promover uma mudança concreta, efetiva, democrática e coletiva. A relação entre família e escola precisa ser conquistada e a equipe pedagógica, especialmente no papel do/a orientador/a ou do/a psicopedagogo/a, pode tomar a iniciativa deste processo, no perfil de mediadora e motivadora da integração da família na escola enquanto parceira para resolver as dificuldades de aprendizagem e comportamento.

Em resumo, para uma educação com uma perspectiva inclusiva e com foco nos princípios da psicopedagogia é preciso:

- ter um olhar atento para as diferenças, sejam elas sociais, físicas, intelectuais ou de qualquer outra ordem de forma que estas diferenças não sejam traduzidas em discriminação e sim em equidade de direitos e garantias;

- incluir as famílias nos diálogos motivacionais e equalizadores para uma educação de resultados consistentes da parceria estabelecida;

- elaborar intervenções pedagógicas específicas para diferentes níveis de desenvolvimento, tendo em vista o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vigotsky.

Com isto o profissional da educação terá maiores chances de êxito com as dificuldades encontradas pelas famílias, pelas crianças e pela própria escola quanto aos problemas de aprendizagem e de comportamento. Assim, é possível pensar em uma escola colaborativa, democrática e inclusiva na perspectiva das ações pedagógicas pautadas na psicopedagogia.

Portanto, a intervenção psicopedagógica ao ampliar a compreensão sobre as características e as necessidades de ensino e de aprendizagem de professores/as e alunos/as, expande as possibilidades da escola na viabilização de recursos e na reestruturação do projeto político e pedagógico sobre os quais os valores e as propostas educativas tenham definido qual ser humano que se quer formar, sobretudo



seus valores, dificuldades e respeito às diferenças. Assim, a intervenção pedagógica com princípios inclusivos e com bases na psicopedagogia podem ser poderosas ferramentas para o auxílio da aprendizagem e na superação das dificuldades de ordem cognitiva e social.

REFERÊNCIAS

- Aranha, Maria Lucia de Arruda(2008). *História da Educação e da Pedagogia*. Moderna.
- Bossa, Nadia A. (2000) *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Artes Médicas.
- Brasil. (2015) *Lei 13.146*. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Presidência da República; Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- _____. (2004) Ministério da Educação. *Participação dos pais ajuda no desenvolvimento escolar da criança*. Prova Brasil e Saeb 27 de Julho.
- Costacurta, Ivania Fátima; Vitória, Soraya Reginato da. (2015) A dimensão sensível da condição humana e a atuação do coordenador pedagógico. In: *Coordenação pedagógica: (per)formações e cartografias*. Org. Hardt et al. NUP/CED/UFSC.
- Fagali, E; Vale, Z. (2002) *Psicopedagogia Institucional Aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula*. 7.ed. Vozes.
- Fernández, A. (2001) *O Saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento*. Artmed.
- Freire, Paulo. (1978) *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Mantoan, M. T. E. (2006) *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. Cotidiano escolar: ação docente. Moderna.
- Menegaz, Joelma; Gariba, Chames Maria Stallvierri. (2015) (IN)Eficiência da participação da família na escola. In: *Coordenação pedagógica: (per)formações e cartografias*. Org. Hardt et al. NUP/CED/UFSC.
- Moreira, Marco Antônio. (1969) *Teoria de Aprendizagem*. EPU.
- Piaget, Jean. (1976) *A equilibração das estruturas cognitivas: problema central ao desenvolvimento*. Zahar.



Rego, Teresa Cristina. (1988) *Uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 3ª ed. Vozes.

Romanelli, Geraldo (2001). Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos. O estudante-trabalhador. In: Nogueira, Maria A, Romanelli, Geraldo, ZAGO, Nadir (org). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Vozes.

Scoz, Beatriz. (1994) *Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem*. 6 Ed. Vozes.

Solé, Isabel. (2001) *Orientação Educacional e Intervenção Pedagógica*. Artmed.

Vigotsky, Levy (2006). *A formação social da mente*. Editora Martins Fontes.

_____. (1999) *Pensamento e linguagem*. 2. ed. Martins Fontes.

Zago, Nadir. (2001) Processos de escolarização nos meios populares – as contradições da obrigatoriedade escolar. In: Nogueira, Maria A.; Romanelli, Geraldo; Zago, Nadir (org). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Vozes.

Submetido: 12.11.2024 Aprovado: 21.12.2024 Publicado: 01.01.2025

Autoras:

Sabrina Rios

Breve currículo Mestranda no Programa de Pós graduação em Educação pela Universidade do Santa de Catarina (UDESC), na linha de Educação, Linguagens e Cultura Digital. Especialização em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) e Especialização em Atendimento Educacional Especializado pelo Centro Universitário FAVENI. Graduação em Pedagogia pela UDESC e Faculdade Municipal de Palhoça. Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: sabrina.rioss@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5940-5653>

Erica de Oliveira Gonçalves

Breve currículo Mestrado em Educação pelo Programa de Pós graduação em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). Especialização em Gênero e Diversidade na Escola pela UFSC. Graduação em Pedagogia pela UDESC.



Professora de Educação em Tecnologias nas redes públicas municipais da Grande Florianópolis. Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: ericagoncalves@hotmail Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6604-7176>